



## PARECER JURÍDICO N. 298/2024

**Projeto de Lei n. 150/2024**

**Proponente: Poder Legislativo Municipal**

### I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei n. 150/2024, de iniciativa do Poder Legislativo denomina de Regina Dums, servidão de passagem do Município de São Bento do Sul.

De acordo com o vereador autor da proposição, a denominação é uma forma de reconhecer o legado deixado pela homenageada, destacando a sua atuação pela comunidade local.

O autor justifica ainda que a denominação da servidão tem o objetivo de garantir a legitimidade quanto ao endereçamento correto de correspondências e demais serviços.

É o relato.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

Pois bem.

De início, esclarece que o presente parecer se limitará ao exame da matéria estritamente jurídica, com base nos documentos juntados, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a demais questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores e comissões competentes<sup>1</sup>.

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse do Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal.

<sup>1</sup> **Recomendação da Consultoria-Geral da União.** Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07: “O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto”.



Quanto ao mérito, de acordo com as justificativas e os documentos juntados, o presente projeto de lei encontra-se instruído, reservando-se ao Plenário a análise do mérito do Projeto, quanto à sua conveniência, oportunidade e interesse público.

### 3. CONCLUSÃO

Portanto, entende esta Assessoria Jurídica que Projeto de Lei se encontra revestido de legalidade e constitucionalidade material e formal, não havendo óbice a sua tramitação, com a ressalva de que questões técnico-contábeis não podem ser objetos de apreciação jurídica, não tendo o presente parecer caráter vinculativo, pautando-se na presunção de veracidade dos dados apresentados.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2024.

TIAGO  
MARTINHUK:00872618986

Assinado de forma digital por  
TIAGO MARTINHUK:00872618986  
Dados: 2024.11.29 16:23:54 -03'00'

**Tiago Martinhuk**  
Assessor Jurídico  
OAB/SC n. 59.807